



Detrimento da educação no Brasil: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversidade

Érica Motta Moreira de Souza¹, Denilson Costa Soares¹, Jailton Luiz Vieira ¹, Eliel Bezerra de Lima Junior¹, Ary Sergio Coutinho Barbosa Junior¹, Isis Regina dos Santos Mendes¹, Marise Palmeira de Carvalho¹, Simony Ricci Coelho¹, Eliane Ferreira de Souza Ribeiro¹, Joel Teixeira Dutra¹, Rodolfo Gomes de Araujo Oliveira¹, Thiago Rodrigues Gonçalves¹.

Revisão de Literatura

RESUMO

No cenário da educação brasileira, a busca por uma abordagem pluriversal emerge como um caminho crucial. A reflexão sobre as tensões entre igualdade e diferença destaca a necessidade de superar práticas marginalizadoras, em sintonia com a exclusão e "denigração" educacional. A crítica à "educação bancária" ressalta a importância da participação ativa e do pensamento crítico dos alunos, enquanto a filosofia decolonial propõe uma reavaliação profunda das estruturas de poder e conhecimento. Nesse contexto, a pluriversalidade na educação não apenas celebra a diversidade, mas impulsiona uma transformação autêntica, valorizando vozes diversas e promovendo a inclusão. No Brasil, um país rico em culturas e desigualdades, a pluriversalidade é uma resposta para construir uma educação mais justa, equitativa e conectada às complexidades da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação; Pluriversalidade; Detrimento da educação.



Detriment on education: a philosophical essay for a pluriversity pedagogy

ABSTRACT

In the context of Brazilian education, the pursuit of a pluriversal approach emerges as a crucial path. Reflection on tensions between equality and difference highlights the need to overcome marginalizing practices, in harmony with exclusion and "denigration" of education. Critique of "banking education" underscores the importance of active student participation and critical thinking, while decolonial philosophy suggests a profound reevaluation of power and knowledge structures. In this context, pluriversity in education not only celebrates diversity but propels an authentic transformation, valuing diverse voices and promoting inclusion. In Brazil, a nation rich in cultures and inequalities, pluriversity stands as a response to build a fairer, more equitable, and interconnected education aligned with the complexities of Brazilian society.

Keywords: Education; Pluriversal approach; Detriment on education.

Instituição afiliada – Universidade Iguazu

Dados da publicação: Artigo recebido em 14 de Abril e publicado em 04 de Junho de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n6p269-288>

Autor correspondente: Érica Motta Moreira de Souza ericammsnurse@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel crucial na formação das mentes, na construção de conhecimento e na moldagem das perspectivas individuais e sociais. No entanto, à medida que a sociedade global se torna mais interconectada, surge uma urgente necessidade de avaliar criticamente as abordagens pedagógicas dominantes, identificando suas possíveis limitações e potenciais efeitos negativos. Neste ensaio, embarcamos em uma jornada de reflexão filosófica e análise crítica para examinar a noção de "detrimento" na educação, com o intuito de compreender como certas práticas e perspectivas podem prejudicar a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e enriquecedora.

A literatura revela a persistência de paradigmas educacionais ancorados em visões monoculturais e eurocêntricas, o que pode levar a uma marginalização sutil, mas significativa, de conhecimentos e culturas não dominantes. Autores denunciam a prevalência desse fenômeno, destacando a preocupante disseminação do que historicamente é denominado como educação bancária. Nesse contexto, a educação é comparada a um depósito, onde o conhecimento é tratado como um bem fixo a ser depositado nas mentes dos alunos, de forma unilateral, sem espaço para a construção colaborativa e contextualizada do saber. Esse enfoque pedagógico estreito e unidirecional reduz a experiência educacional a uma mera transferência de informações, desconsiderando a riqueza das interações sociais, a diversidade de perspectivas e a coconstrução do conhecimento.

Essa abordagem limitadora, muitas vezes desprovida de sensibilidade cultural e histórica, contribui para a manutenção de relações de poder assimétricas e perpetua desigualdades profundamente enraizadas. A falta de espaço para a expressão e exploração de saberes não dominantes marginaliza não apenas a riqueza de tradições culturais diversas, mas também subestima a capacidade dos alunos de participar ativamente na construção e transformação de conhecimento. Como resultado, as possibilidades de diálogo intercultural e interdisciplinar são suprimidas, o que limita a visão de mundo dos alunos a uma única perspectiva desvinculada de suas próprias experiências e realidades.



Essa abordagem reducionista para a educação, ao enfatizar o acúmulo passivo de informações em detrimento da análise crítica, reflexão e engajamento ativo, tem consequências profundas em um mundo cada vez mais diversificado e globalizado. Em uma sociedade caracterizada por interconexões globais, interações culturais constantes e desafios transnacionais, a educação precisa evoluir para um paradigma mais aberto, inclusivo e colaborativo. A educação não deve ser meramente um ato de transmissão, mas sim um processo dinâmico que promove o questionamento, a análise contextualizada e a coconstrução de conhecimento.

Diante desse panorama, emerge a necessidade imperativa de reimaginar e reconceituar a educação, abraçando uma pedagogia da pluriversalidade. Este artigo explorará os fundamentos filosóficos e as implicações práticas dessa abordagem, que busca promover uma visão mais abrangente, equitativa e diversificada da educação, capaz de catalisar o potencial educacional de uma sociedade verdadeiramente plural e globalmente interconectada.

Além disso, a análise crítica da educação também requer uma compreensão profunda das complexidades do colonialismo intelectual. O "orientalismo" é tido como uma lente para examinar como o Ocidente historicamente construiu e representou o Oriente, perpetuando desequilíbrios de poder e perpetuando estereótipos. Esse olhar eurocêntrico pode se manifestar sutilmente nas práticas educacionais, resultando na marginalização de perspectivas não ocidentais e na subvalorização de epistemologias alternativas.

Nesse contexto, propomos a emergência de uma "pedagogia da pluriversalidade" como uma abordagem que transcende a monoculturalidade e promove o reconhecimento e a valorização da diversidade de conhecimentos e culturas. Parte importante dessa literatura aponta para a necessidade de uma "ecologia dos saberes", na qual diferentes modos de conhecimento são considerados legítimos e complementares, em vez de hierarquicamente subordinados. A pedagogia da pluriversalidade procura abraçar e incorporar diferentes formas de saber, encorajando um diálogo intercultural e interdisciplinar que enriquece a experiência educacional.



Dito isso, este texto é baseado em uma revisão de literatura em que exploramos as raízes históricas, os fundamentos filosóficos e os exemplos práticos que elucidam a noção de "detrimento" na educação e destacamos a importância de uma pedagogia da pluriversalidade como um caminho promissor para enfrentar esses desafios. Ao analisar a educação sob essa perspectiva crítica e propositiva, buscamos contribuir para um diálogo global sobre os rumos da educação no século XXI.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo baseou-se em uma abrangente revisão de literatura, utilizando bases de dados do Periódico Capes e do *Google Scholar*, com foco em periódicos nacionais sobre educação. Um critério de seleção baseado essencialmente no tema do artigo privilegiou tanto artigos e livros mais antigos quanto recentes. A pesquisa foi norteadada pela seguinte pergunta: "Como a pluriversalidade na educação brasileira pode abordar desafios de marginalização, desigualdade e exclusão?".

Os dados coletados passaram por uma revisão avaliação. A análise foi conduzida qualitativamente, visando identificar temas recorrentes, padrões e conexões nos textos selecionados. Inicialmente, realizou-se uma busca sistemática para recuperar uma gama diversificada de trabalhos acadêmicos que discutissem as complexas questões do cenário educacional brasileiro. Os artigos e livros obtidos foram posteriormente explorados e analisados em profundidade. Essas fontes foram então sintetizadas e organizadas, permitindo uma análise estruturada dos conceitos em evolução de educação pluriversal, colonialidade e disparidades sociais no contexto brasileiro.

Para facilitar a compreensão abrangente dos temas, os dados foram organizados metodicamente em tabelas, proporcionando uma representação visual de pontos-chave, comparações e tendências gerais. Essa abordagem proporcionou clareza e apoiou o processo de identificação de convergências e contradições na literatura. Ao revisar e categorizar sistematicamente os textos selecionados, a análise buscou revelar como os paradigmas educacionais evoluíram, os desafios enfrentados e as soluções propostas pelos autores.



A análise qualitativa procurou descobrir fundamentos filosóficos subjacentes, dinâmicas socioculturais e implicações para políticas e práticas educacionais. Ao examinar uma ampla gama de perspectivas, desde textos históricos até contribuições acadêmicas recentes, este estudo oferece uma exploração abrangente do potencial da educação pluriversal para enfrentar desafios e contribuir para um cenário educacional mais inclusivo e equitativo no Brasil.

RESULTADOS

A educação e seus desafios no contexto brasileiro

A educação brasileira enfrenta desafios complexos e multifacetados que têm impactos profundos na qualidade e equidade do sistema educacional do país. Um dos principais desafios no país é a persistente desigualdade educacional que afeta milhões de estudantes em todo o país. Historicamente, tal fato tem levantado a necessidade de superação de disparidades regionais e socioeconômicas na oferta e acesso à educação de qualidade. A concentração de recursos educacionais em áreas urbanas mais desenvolvidas, por exemplo, perpetua um ciclo de desvantagem para comunidades marginalizadas, contribuindo para a reprodução de desigualdades intergeracionais tanto na cidade como, principalmente, no campo.

A qualidade do ensino é outro ponto crucial. Estudos na área da educação sempre alertam para a "educação bancária", na qual o ensino é passivamente transmitido aos alunos sem promover a participação ativa ou o pensamento crítico. Essa abordagem fragmentada e descontextualizada do conhecimento contribui para a falta de motivação dos alunos e dificulta a construção de habilidades de raciocínio e análise. Geralmente, esse problema é alimentado pela escassez de professores qualificados, bem como pela falta de investimento em formação continuada – o que tem sido discutido recentemente como fatores que comprometem a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A educação de qualidade vai além da mera transmissão de conteúdo; ela envolve a criação de situações de aprendizagem que estimulem o pensamento crítico, a pesquisa e a construção ativa do conhecimento pelos alunos. Essa abordagem mais construtivista exige um



professor não apenas como detentor do saber, mas como um facilitador do processo de descoberta e indagação. No entanto, a realidade das salas de aula muitas vezes apresenta um cenário em que o ensino se limita a aulas expositivas e a avaliações que valorizam a memorização em detrimento da compreensão profunda.

Nesse contexto, a formação continuada dos professores emerge como um fator crítico para a melhoria da qualidade educacional. Os professores precisam de oportunidades regulares de aprimoramento pedagógico que os habilitem a adotar abordagens inovadoras e adaptadas às necessidades dos alunos. A ausência de programas eficazes de desenvolvimento profissional pode resultar em práticas pedagógicas estagnadas, que não acompanham as mudanças na sociedade e nas demandas educacionais. Do mesmo modo, o investimento em recursos e infraestrutura também desempenha um papel significativo na promoção da qualidade do ensino. Ambientes educacionais adequados, equipados com tecnologias modernas e materiais didáticos diversificados tendem a proporcionar experiências de aprendizagem mais enriquecedoras e relevantes para os alunos. Por outro lado, a carência de recursos, incluindo livros didáticos atualizados e laboratórios bem equipados, limita a eficácia das práticas educacionais e pode perpetuar desigualdades entre as escolas.

Um problema que é alinhado a esse anteriormente supracitado e frequentemente aparece na literatura é a gestão escolar ineficiente. Autores enfatizam a importância de uma gestão democrática e participativa, na qual professores, alunos e comunidades locais tenham voz nas decisões que afetam a escola. No entanto, a realidade muitas vezes revela práticas centralizadas e burocráticas que limitam a autonomia das escolas e a capacidade de adaptar o currículo às necessidades locais.

O acesso à educação inclusiva e de qualidade para estudantes com deficiência também é colocado em relevo. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) representa um avanço significativo ao estabelecer diretrizes para a educação inclusiva, mas a implementação efetiva ainda é um desafio. Nesse sentido, autores ressaltam a importância da formação de professores e a disponibilidade de recursos adequados para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, garantindo a igualdade de oportunidades.



Autores enfatizam que a inclusão escolar não se trata apenas de matricular estudantes com deficiência em escolas regulares, mas de criar um ambiente que seja verdadeiramente acessível, acolhedor e desafiador para todos os alunos. Isso requer um esforço coordenado que envolva a capacitação de professores para lidar com a diversidade de necessidades, a adaptação de materiais didáticos e a oferta de apoio individualizado. A falta de preparo adequado muitas vezes resulta em uma experiência de educação inclusiva insatisfatória, na qual os estudantes com deficiência não recebem o suporte necessário para se envolver plenamente no processo educacional.

Além disso, a disponibilidade de recursos é um fator crítico para a efetivação da educação inclusiva. Por isso, investimentos em infraestrutura, tecnologia assistiva e pessoal de apoio para garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade se tornam imprescindíveis. Caso contrário, a falta de recursos adequados pode resultar em barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas que impedem a participação plena e igualitária dos alunos com deficiência.

A busca pela educação inclusiva não é apenas uma questão de justiça social, mas também contribui para o enriquecimento da experiência educacional de todos os alunos. A diversidade na sala de aula promove a troca de perspectivas, o respeito mútuo e a aprendizagem colaborativa, preparando os alunos para um mundo plural e interconectado. Portanto, a efetivação da educação inclusiva demanda um compromisso coletivo de transformar os sistemas educacionais em ambientes verdadeiramente inclusivos e igualitários, onde cada aluno possa desenvolver seu potencial máximo, independentemente de suas diferenças.

Diante desses desafios, é imperativo que o sistema educacional brasileiro adote abordagens mais inclusivas, equitativas e centradas no aluno. Políticas que priorizam a distribuição justa de recursos, a formação contínua de professores e a participação ativa das comunidades locais podem contribuir para a superação dos obstáculos que atualmente prejudicam o progresso da educação no Brasil.

Detrimento educacional: desconstruindo paradigmas e promovendo transformação



A ideia de "detrimento" na educação também merece uma análise aprofundada, pois reflete a erosão gradual dos princípios que sustentam uma educação de qualidade e inclusiva. O termo "detrimento" sugere uma ação que resulta em prejuízo ou dano, e quando aplicado à educação, destaca a forma como certas práticas e abordagens podem minar o propósito fundamental da educação. Nesse contexto, autores têm alertado para a perigosa tendência de reduzir a educação a um processo mecânico de transmissão de informações, esvaziando-a de seu potencial transformador. A visão bancária da educação, na qual o conhecimento é depositado passivamente nas mentes dos alunos, representa uma forma de deturpação do processo educacional, limitando o desenvolvimento de habilidades críticas, reflexivas e participativas.

O detrimento da educação também pode ser entendido como o descarte negligente de perspectivas culturais diversas e conhecimentos não convencionais. O conceito de "epistemologias do sul", por exemplo, destaca a riqueza de saberes produzidos por comunidades historicamente marginalizadas. A supressão ou desvalorização desses saberes em currículos e práticas pedagógicas contribui para a perpetuação de uma visão de mundo unidimensional, impedindo a criação de um ambiente educacional verdadeiramente plural e enriquecedor.

A dimensão do detrimento também pode se manifestar na exclusão de grupos vulneráveis, como minorias étnicas e comunidades de baixa renda, do acesso a uma educação de qualidade. A importância de uma educação equitativa como um direito fundamental geralmente é destacada num contexto em que a negligência em fornecer oportunidades iguais pode resultar em ciclos intergeracionais de desvantagem. A falta de políticas educacionais inclusivas e a ausência de investimentos em escolas localizadas em áreas menos privilegiadas, por exemplo, contribuem para a ampliação das disparidades educacionais, perpetuando um ciclo de detrimento social.

Estudos têm abordado de maneira ampla e contundente a interseção entre raça, classe social e acesso à educação no Brasil. As desigualdades educacionais estão profundamente enraizadas em estruturas sociais e econômicas que perpetuam vantagens para grupos já privilegiados, enquanto marginalizam ainda mais aqueles que historicamente enfrentam



discriminação. A falta de investimentos adequados em escolas localizadas em áreas de baixa renda, aliada a sistemas de avaliação que muitas vezes favorecem alunos de classes mais favorecidas, contribui para a consolidação de um sistema educacional hierarquizado e excludente.

Daí tem emergido um debate acerca da dimensão dos direitos humanos na educação e da importância da interculturalidade. Estudiosos trazem à tona a discussão sobre como a garantia dos direitos humanos deve ser inerente a qualquer sistema educacional que almeje a equidade e destacam a importância de abordagens pedagógicas que considerem as diferentes experiências, saberes e culturas dos estudantes, de forma a combater a marginalização e o detrimento desses grupos. Por meio da interculturalidade, estudiosos têm oferecido um arcabouço teórico sólido para a compreensão dos desafios de promover uma educação que respeite a diversidade enquanto assegure oportunidades iguais para todos.

A partir dessa perspectiva, pode-se refletir especialmente sobre a ideia de “detrimento” na educação, uma vez que ela está intrinsecamente ligada às tensões entre igualdade e diferença. O termo “detrimento”, nesse contexto, sugere um prejuízo ou degradação dos princípios educacionais que deveriam promover a igualdade e o respeito mútuo. Ao analisar as tensões entre esses princípios, a abordagem conceitual em questão pode ajudar a desvelar as práticas que inadvertidamente perpetuam a exclusão e o detrimento na educação. Isso convida a uma análise profunda das relações entre poder, cultura e conhecimento no contexto educacional, destacando como as estruturas hegemônicas podem subverter os ideais de igualdade e direitos humanos.

Adicionalmente, estudos nesse sentido têm examinado como a pedagogia da interculturalidade pode contribuir para a transformação dos modelos educacionais tradicionais, incentivando a construção colaborativa do conhecimento e a promoção de um pensamento crítico. As tensões que ela identifica entre a promoção da igualdade e o respeito à diversidade podem ser aplicadas ao debate sobre a qualidade educacional, instigando a busca por práticas pedagógicas que efetivamente empoderem os alunos e os preparem para uma sociedade diversa e globalizada.



No contexto das abordagens que tratam a exclusão de grupos vulneráveis na educação e as disparidades educacionais, estudiosos têm oferecido uma perspectiva única a partir da experiência indígena. Ao relatar o processo de reconexão com raízes e culturas ancestrais, estudos ilustram vividamente como a educação tradicionalmente imposta pode marginalizar e negar a riqueza dos conhecimentos e práticas culturais indígenas. Isso destaca como a exclusão e especialmente o detrimento educacional podem ser particularmente prejudiciais para grupos marginalizados, resultando em uma perda profunda de identidade e conexão com suas raízes. A desconstrução do "detrimento" educacional é, portanto, um movimento que transcende fronteiras e se manifesta em diferentes contextos, visando reivindicar a dignidade cultural e identitária. Tudo isso é correlato à importância do aprendizado prático e contextualizado e alinha-se com as reflexões sobre uma educação mais dinâmica e autêntica, que valorize a participação ativa dos alunos e promova uma compreensão profunda do mundo ao redor. A qualidade do ensino é entendida não apenas em termos de conteúdo acadêmico, mas como uma experiência que nutre uma conexão mais ampla com a terra, a cultura e a espiritualidade. Essas perspectivas, no geral, convidam a uma análise crítica das práticas educacionais atuais e incentivam a busca por abordagens que reforcem a dignidade humana, promovendo a igualdade e a diversidade em uma interação intercultural.

Ademais, a dimensão de gênero também é um fator a ser considerado no contexto do detrimento educacional. Estudos destacam a importância de se compreender as desigualdades de gênero presentes nas instituições educacionais. A segregação de determinados cursos e áreas de conhecimento como "adequados" para um gênero específico, aliada à perpetuação de estereótipos de gênero, limita as possibilidades de escolha e desenvolvimento tanto para meninas quanto para meninos. Essa segregação contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero ao longo da vida, afetando a participação de vários gêneros em campos profissionais tradicionalmente dominados por homens.

À vista disso, superar a dimensão do detrimento requer a implementação de políticas educacionais enraizadas na equidade e justiça social. Por isso, ressalta-se a importância de repensar o currículo e os métodos de ensino de forma a reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e de gênero dos alunos. Além disso, o fortalecimento da educação pública, o

aumento dos investimentos em infraestrutura e formação de professores, e a criação de políticas de ação afirmativa são passos cruciais para transformar o cenário educacional, garantindo que a educação seja um instrumento de empoderamento, inclusão e mobilidade social.

Pluruversalidade na educação: conceito e fundamentos filosóficos: uma discussão

A pluriversalidade na educação refere-se à compreensão de que existem múltiplas formas válidas de conhecimento, saberes e visões de mundo, decorrentes de diferentes culturas, contextos e experiências. Diferente da noção de universalidade, que muitas vezes implica em um único padrão ou norma global, a pluriversalidade reconhece e valoriza a diversidade cultural, epistemológica e ontológica. Nesse sentido, a pluriversalidade na educação busca promover um diálogo intercultural respeitoso, onde diferentes perspectivas são reconhecidas e incorporadas ao processo educacional.

O conceito de pluriversalidade encontra raízes em diversas correntes filosóficas e teorias educacionais. Autores discutem a importância de valorizar saberes subalternos e não hegemônicos, promovendo uma epistemologia plural que transcenda as fronteiras culturais. Santos propõe uma perspectiva que desafia a hierarquia de conhecimentos, reconhecendo a validade das epistemologias que emergem das realidades do Sul Global.

Além disso, a filosofia decolonial, defendida por pensadores como Frantz Fanon e Aníbal Quijano, também contribui de maneira substancial para o entendimento da pluriversalidade na educação. A abordagem decolonial proposta por esses autores transcende a dimensão política e econômica, adentrando os territórios mais sutis das estruturas de conhecimento e educação. O trabalho seminal de Frantz Fanon, "Os Condenados da Terra", é uma obra inovadora que ressalta a importância de descolonizar não somente as nações, mas também as mentes e os sistemas educacionais. Fanon expõe como o colonialismo não apenas explorou territórios e recursos, mas também impregnou a mentalidade das populações colonizadas com narrativas e ideologias que perpetuaram a inferiorização e a negação de suas culturas.



Dentro do contexto educacional, essa abordagem questiona como a educação colonial frequentemente reproduz e reforça hierarquias raciais e culturais. O argumento é de que a verdadeira descolonização da educação exige uma reconstrução profunda dos currículos, métodos pedagógicos e estruturas institucionais. A pluriversalidade na educação, nesse sentido, se alinha com a visão de Fanon de que a diversidade de conhecimentos e culturas deve ser respeitada e integrada no processo educacional. A educação deve ser um espaço onde as diferentes vozes e perspectivas possam coexistir e enriquecer-se mutuamente, em vez de reproduzir padrões de dominação e submissão.

Por sua vez, Aníbal Quijano também desempenha um papel fundamental ao trazer a ideia de "colonialidade do poder" como um componente central da filosofia decolonial. Quijano explora como as estruturas de poder estabelecidas durante a era colonial continuam a moldar as dinâmicas sociais, políticas e educacionais contemporâneas. Ele destaca como a colonialidade do poder permeia as práticas educacionais, influenciando a forma como o conhecimento é construído, transmitido e valorizado.

Ao considerar as perspectivas de Fanon e Quijano, a pluriversalidade na educação emerge como uma resposta crítica à colonialidade do poder. A pluriversalidade desafia a narrativa dominante e busca redefinir os paradigmas educacionais, criando espaços que acolham a multiplicidade de vozes, conhecimentos e experiências. Isso não apenas enriquece o processo educacional, mas também promove uma compreensão mais profunda da complexidade do mundo e da interconexão das culturas humanas. Portanto, a filosofia decolonial de Fanon e Quijano oferece insights profundos para moldar uma educação pluriversal que respeita, valoriza e capacita todas as identidades e perspectivas.

No âmbito brasileiro, a influência desses autores se alinha com a discussão sobre a necessidade de uma educação que reconheça e valorize as múltiplas vozes e identidades presentes na sociedade. Fanon, em sua abordagem crítica das estruturas coloniais, traz luz para as formas sutis em que o colonialismo afetou a construção de conhecimento e identidade no Brasil e em outras nações colonizadas. Suas ideias ressoam com os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, que muitas vezes tende a reproduzir padrões de dominação e marginalização, afetando especialmente comunidades indígenas, quilombolas e outras



minorias étnicas e culturais. A abordagem de Fanon impulsiona a reflexão sobre como a educação pode ser reformulada para reconectar os indivíduos com suas raízes culturais e valorizar suas contribuições únicas.

Aníbal Quijano, por sua vez, introduz a noção de "colonialidade do poder", que se reflete nas estruturas sociais, políticas e educacionais do Brasil. Considerando a diversidade étnica e cultural do país, a colonialidade do poder muitas vezes se manifesta nas disparidades educacionais entre diferentes grupos. A ênfase dada à cultura hegemônica em detrimento de outras culturas e saberes marginaliza e "denigre" as identidades culturais não dominantes. Quijano incentiva uma mudança nas estruturas de poder que perpetuam essas desigualdades, bem como uma transformação nas abordagens educacionais para incluir e valorizar uma variedade de perspectivas.

Ao relacionar esses autores à perspectiva brasileira sobre educação e pluriversalidade, emerge uma oportunidade de reavaliar e reformular os sistemas educacionais do país. A pluriversalidade na educação brasileira se torna um movimento importante para superar a colonialidade do poder e criar um ambiente educacional mais inclusivo e empoderador. Ao adotar as ideias de Fanon e Quijano, o Brasil pode trabalhar em direção a uma educação que celebra a diversidade, promove o diálogo intercultural e valoriza os conhecimentos e identidades das comunidades historicamente marginalizadas. Isso não apenas fortaleceria a autoestima das populações excluídas, mas também enriqueceria a compreensão coletiva e o respeito mútuo em uma nação pluricultural.

Em suma, explorar a pluriversalidade na educação envolve a busca por uma abordagem pedagógica que promova a inclusão, a equidade e a valorização da diversidade cultural e epistemológica. Os conceitos filosóficos de autores como Boaventura de Sousa Santos, Frantz Fanon e Aníbal Quijano fornecem fundamentos sólidos para a compreensão e implementação dessa abordagem. Ao adotar uma perspectiva pluriversal, a educação pode se tornar um espaço de enriquecimento mútuo, diálogo intercultural e empoderamento, preparando os indivíduos para um mundo complexo e diversificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pergunta orientadora "como a pluriversalidade na educação brasileira pode abordar desafios de marginalização, desigualdade e exclusão?", a análise dos materiais selecionados revelou que a pluriversalidade na educação desempenha um papel crucial na promoção de uma abordagem mais inclusiva e justa. Através do reconhecimento e celebração da diversidade cultural, é possível mitigar a marginalização de grupos não hegemônicos e combater as desigualdades profundamente enraizadas no sistema educacional. A pluriversalidade, ao questionar as narrativas eurocêntricas dominantes, oferece um espaço para múltiplas vozes e saberes, permitindo uma abordagem mais abrangente para lidar com os desafios educacionais. Além disso, a educação pluriversal propõe a desconstrução das estruturas coloniais de conhecimento, abrindo caminho para uma transformação que respeita e valoriza as identidades culturais dos alunos. Através dessa perspectiva, a pluriversalidade busca ativamente combater a exclusão e a "denigração" educacional, oferecendo uma visão alternativa e empoderadora para a educação no Brasil.

À medida que mergulhamos nas reflexões propostas ao longo deste ensaio, torna-se claro que a transformação da educação contemporânea no contexto brasileiro é uma busca urgente e complexa. A análise das tensões entre igualdade e diferença ressalta a necessidade de superar práticas educacionais que perpetuam a marginalização de grupos não hegemônicos e negam identidades culturais. Isso encontra eco na discussão sobre a exclusão e "denigração" educacional, que resulta na perda significativa de identidade e conexão cultural, algo particularmente relevante no cenário multicultural do Brasil.

A demanda por uma educação de qualidade é central nesse percurso de transformação. A crítica à abordagem da "educação bancária" enfatiza a importância de reformular os métodos pedagógicos, incentivando a participação ativa e o pensamento crítico dos alunos. Tal reflexão adquire ainda mais relevância no contexto brasileiro, onde a formação de professores e o investimento em desenvolvimento contínuo têm uma influência direta na qualidade do ensino.



Além disso, a filosofia decolonial se destaca como uma contribuição profunda para a transformação educacional no Brasil. Ao desconstruir as estruturas de poder e conhecimento, a descolonização propõe uma revisão completa dos currículos e métodos pedagógicos. Essa abordagem torna-se fundamental em um país tão marcado pela diversidade cultural e pelas disparidades socioeconômicas. A discussão sobre a "colonialidade do poder" também ressoa profundamente no contexto brasileiro, com suas raízes históricas de desigualdades enraizadas.

Em meio a todas essas considerações, emerge a pluriversalidade na educação como um caminho viável e necessário. No Brasil, uma nação pluricultural e pluriétnica, a pluriversalidade transcende o mero reconhecimento da diversidade. Ela implica na transformação de currículos e práticas educacionais para abraçar autenticamente as diferentes vozes, conhecimentos e experiências presentes no país. A pluriversalidade é um convite a forjar uma educação que permita aos indivíduos compreenderem sua própria identidade cultural enquanto se conectam com a riqueza do mosaico cultural brasileiro.

Em síntese, a jornada em direção à educação pluriversal no contexto brasileiro é uma busca pela justiça social, pela equidade e pelo respeito à diversidade. É uma jornada que exige ações coletivas, reformulação de políticas e engajamento de todos os segmentos da sociedade. Ao adotar a pluriversalidade na educação, o Brasil pode criar uma base sólida para um futuro onde as disparidades são atenuadas, a inclusão é promovida e a educação se torna um instrumento de transformação social, conectando indivíduos e comunidades de maneira profunda e significativa.

REFERÊNCIAS

¹ Freire P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.

² Said EW. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras; 2007.



- ³ Santos BS. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2010.
- ⁴ Teixeira A. Educação é um direito. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; 1958.
- ⁵ Pereira CN, Castro CN. Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea; 2021.
- ⁶ Gomes MM, Gomes FC, Araujo Neto BB, Moura NDS, Melo SRA, Araujo SF, Nascimento AK, Morais LMD. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. Rev Educ Publica. 2019; 19(15). Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>.
- ⁷ Libâneo JC. Didática. São Paulo: Cortez; 2013.
- ⁸ Mizukami MGN. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU; 2002.
- ⁹ Frigotto G. A produtividade da escola improdutiva: Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica e social. Revista Brasileira de Educação. 2004;27:5-23.
- ¹⁰ Mantoan MT. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna; 2006.
- ¹¹ Marinho CC. Concepções de discentes do curso de pedagogia sobre educação inclusiva e educação especial. In: Papim AAP, Araujo MA, Paixão KMG, Silva GF (Orgs.). Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fj; 2018. p. 91-114.



- ¹² Guzzo RSL, Filho AE. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos Educ.* 2005;4(2):86-94.
- ¹³ Santos BS. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora; 2010.
- ¹⁴ Brighente MF, Mesquida P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições.* 2016;27(1):155-177.
- ¹⁵ Almeida S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen; 2017.
- ¹⁶ Candau VM. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Rev Bras Educ.* 2008;13(37):45-56.
- ¹⁷ Guarani J. Tornar-se selvagem. *PISEAGRAMA.* 2020;(14):12-19.
- ¹⁸ Ribeiro GAM, Thiengo ER. *Discutindo gênero e sexualidade na escola: um guia didático-pedagógico para professores*. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo; 2019.
- ¹⁹ Noguera R. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. [Internet]. 1º de junho de 2012 [citado 19º de agosto de 2023]; (18):62-73. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523>.
- ²⁰ Santos BS. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora; 2010.
- ²¹ Fanon F. *Os Condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro; 1968.



²² Quijano A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2005.